

JORNAL DO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ - ANO 22 - Nº 64 - MARÇO 2008

20^a Medalha **CHICO MENDES** de Resistência **2008**

Dia 1º de abril às 18 horas

Arquivo Nacional

Pça. da República, 173 - Centro Rio de Janeiro

Homenageados:

Centro de Mídia Independente na figura de Brad Will *(in memorian)*

Graciela Daleo

Deley de Acari

Dyrce Drach

Dr. João Luiz Duboc Pinaud

Ex-integrantes da Comissão de DH da OAB/RJ - De jan. á jul. 2007

Heloneida Studart *(in memorian)*

João Massena Melo *(in memorian)*

Líbero Giancarlo Castiglia *(in memorian)*

Movimento de Luta Antimanicomial

Padre João Daniel de Castro *(in memorian)*

Raízes em Movimento

Valmir Mota de Oliveira (Keno) *(in memorian)*

Homenagem Especial:

**Vera Silvia
Magalhães**
(in memorian)
e militantes de 68

EDITORIAL: ESTADO DE
EXCEÇÃO, FASCISMO SOCIAL E
INSURGÊNCIAS
02

MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM TETO
(MTST) NO RIO DE JANEIRO
03

RUA HOMENAGEIA
TORTURADOR
04

20^a MEDALHA CHICO MENDES
05 E 06

O JUIZ, A POLÍCIA E O
MALANDRO
12

“Nada causa mais horror à ordem do que homens e mulheres que sonham.” PEDRO TIERRA

Estado de exceção, fascismo social e insurgências

Cada vez se torna mais difícil e, até mesmo, um desafio falar sobre a violência que nos acompanha cotidianamente. A forma como este tema vem sendo tratado tem produzido, não por acaso, alguns efeitos extremamente danosos. Sua banalização, naturalização e, ao mesmo tempo, um clima paranóico, terrorífico e alarmante que é criado, ao exigir uma eficaz e competente segurança, está em realidade apelando não só para a lei, a ordem, mas fundamentalmente para uma maior e mais forte repressão. Repressão representada por leis, penas e tratamentos mais duros, pelo policiamento armado e ostensivo e, em muitos momentos, pelo apelo às Forças Armadas. Produzem-se competentes cortinas de fumaça e a população em geral passa a acreditar que o “tratamento” para a violência inclui necessariamente medidas repressivas, duras, arbitrárias, brutais e, até mesmo, a prática da tortura. O estado de violência e a luta contra ele passa a justificar qualquer ação, qualquer desrespeito e mais violência ainda, tornada necessária para alguns.

Não por acaso, cada vez mais se fortalecem as associações entre pobreza, periculosidade e criminalidade. Os meios de comunicação de massa alardeiam monocórdia essas associações, através de discursos/ações que pregam o uso da força, de tratamentos degradantes e cruéis, da utilização da tortura como necessária, como um “mal menor”, de leis e penas mais severas e da pena de morte para esses considerados perigosos para a “nossa segurança”.

Com todos esses ingredientes vem, portanto, se fortalecendo vertiginosamente o Estado Penal, que lança suas malhas por todo o tecido

social: tudo é criminalizado, tudo é judiciarizado!

É neste contexto de Estado de Exceção que realizamos a 20ª Medalha Chico Mendes de Resistência – 2008.

Em um contexto onde cada vez mais ouvimos os “cantos de sereia” desse Estado de Exceção, onde um número considerável de “ex-companheiros militantes” são enfeitizados por tais cantos, pois permanecer defendendo princípios tem sido cada vez mais difícil e minoritário.

Difícil, delicado, sofrido se faz este momento! Mas, ele se faz também desses nossos 14 homenageados deste ano. Homenageados de ontem e de hoje que vêm se insurgindo diante dos constrangimentos, afirmando novas maneiras de estar neste mundo, por vezes, de forma ruidosa e, em outras, sendo invisibilizados.

Passando por defensores de direitos humanos de hoje – alguns assassinados pelo capital, tanto no campo como nas cidades – e percorrendo os atingidos pela ditadura militar, próximos dos mortos, presos, perseguidos, criminalizados de hoje.

Como muitos outros, ainda invisibilizados, estes companheiros e companheiras aqui homenageados são algumas das forças insurgentes que estão entre nós. Há que embarcar nelas! Há que fortalecê-las! Há que nos fortalecer! Há que sempre estar indagando: “o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos?” (Deleuze).

Pela Vida, Pela Paz,
Tortura Nunca Mais!
Março, verão de 2008.

Diretoria do GTNM/RJ

O GTNM/RJ não é uma ONG, somos um movimento social. No momento, passamos por dificuldades financeiras e corremos o risco de não editarmos o próximo número do jornal. Aceitamos qualquer contribuição em nossa conta: Banco Itaú, Ag. 0389 C/C 77791-3

Expediente

Direção do Grupo

Presidente: Cecília M. B. Coimbra

1º Vice: Victória L. Grabois Olímpio

2º Vice: Elizabeth Silveira e Silva

1º secretário: Joana D’Arc F. Ferraz

2º secretário: Maysa P. Machado

1º tesoureiro: Sebastião A. da Silveira

2º tesoureiro: Flora Abreu Henrique da Costa

Suplentes: Tânia Roque e Vitória Pamplona

Coordenação geral e redação: Ana Miranda, Cecília Coimbra, Jane Q. Nobre de Mello, Joana D’Arc F. Ferraz, e Victória Grabois.

Digitação: Zélia Lima

Colaboraram nesta edição: Sérgio Silva, Vera Vital Brasil, Juliana de Oliveira Carlos, Miguel Baldez e Carolina Dellamore.

Edição: Marcelo Cajueiro

Diagramação: Diagrama Comunicações Ltda.

Tel.: (21) 2232 3866

marcelocajueiro@marcelocajueiro.com.br

Ilustrações: Carlos Senna

Fotos: Custódio Coimbra

Impressão: Monitor Mercantil

“GTNM” é uma publicação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, sediado na Rua General Polidoro, 238 - sobreloja

Botafogo - Rio de Janeiro

Tel.: (021) 2286-8762 - Fax: (021) 2538-0428

E-mail: gtnm@alternex.com.br

Site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Caros Representantes do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ,

Com muito orgulho e vontade assumimos a Secretaria Geral da Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENEA), que terá como principal tarefa a de representar nacionalmente os estudantes de arquivologia.

Gostaríamos de informar que, no último ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA (XI-ENEARQ), formulamos políticas frente aos Arquivos da Ditadura Militar. Nossas propostas: a Campanha: “PELA ABERTURA DOS ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR”; montar e levar propostas em conjunto com entidades ou associações que lutam pela abertura dos arquivos da ditadura; (...) fortalecer a parceria com o GTNM/RJ; que as escolas - DAs, CAs e Diretoria da ENEARQ promovam palestras ou debates sobre A Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar (...).

Renato Motta, por e-mail

Prezada(o)s companheira(o)s do GTNM/RJ,

Venho por meio deste expressar o mais profundo agradecimento às manifestações de solidariedade que tenho recebido. De antemão informo-lhes que estou fisicamente bem, e psicologicamente fortalecido com apoios tão sinceros e valiosos.

Os desafios para a superação da barbárie por vezes são maiores do que concebemos. No entanto, este grave atentado não afastará a nós, e tampouco os movimentos sociais e entidades, da defesa intransigente dos Direitos Humanos. Um fraternal abraço do

João Tancredo, por e-mail

Companheiros,

Denunciar a arbitrariedade da manutenção da adolescente de 15 anos numa cela com 20 homens, mostra também a situação calamitosa em que se encontram as prisões dos homens e os internatos para adolescentes. Parabéns!

Marli Parada, por e-mail

Coordenadora da Violência contra a Mulher, Comissão da Mulher Advogada OAB/SP

Companheiros,

Gostaria de parabenizar o GTNM/RJ pelo trabalho feito. Semana passada vi na tv, em um canal universitário na NET, o trabalho de vocês e pensei em fazer parte ou ir a palestras que vocês promovam (...). Não sou daquela época, nasci em 1984, mas com certeza morreria para ter a minha liberdade e o meu direito de expressão. As pessoas que eles torturaram e mataram para mim são os verdadeiros heróis, pois tiveram coragem de bater de frente contra o sistema e lutar pelos seus ideais (...). Um abraço a todos,

v/w, por e-mail

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (Mtst) no Rio de Janeiro

Entrevista com o assessor dos movimentos populares, advogado e professor Miguel Baldez, em 14 de março de 2008

Joana Ferraz: Quando surge e quais as principais conquistas do Movimento dos Sem Teto (MTST)?

Miguel Baldez: O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto surge por volta das décadas de 70/80 do século passado. Nasceu de uma luta organizada de vários segmentos empenhados na luta por moradia, especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Porto Alegre, Belém e Rio Branco. As conquistas, do ponto de vista legal e constitucional, são fruto do período da elaboração da Constituição de 1988. A mais importante delas está na previsão constitucional da reforma urbana, fato conceitual novo no direito positivo brasileiro, com referência especial para o usucapião urbano (admissão efetiva) do usucapião de terras públicas. Embora na própria Constituição haja restrição expressa ao usucapião de terras públicas, há um outro dispositivo que admite, além do título de domínio, típico de ações de usucapião, que em determinadas situações o título seja a concessão rural de uso. Se o título pode ser a concessão real de uso, esse título pressupõe terras de outra natureza e a única que sobra para a nossa aferição são as terras públicas na sua feição dominical (terras que o poder público possui como se fora privado). Outra conquista importante, que também foi objeto da articulação, foi a constitucionalização da Defensoria Pública, que estendeu para todos os estados do Brasil esse importante órgão de acesso à Justiça. Antes, somente existia no Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro a Defensoria Pública tem sido de extrema importância nas ações coletivas do povo.

Poderia estabelecer as proximidades entre a luta do Movimento dos Sem Terra e a luta do Movimento dos Sem Teto.

O Movimento Sem Terra (MST) criou um fato de grande relevância política e jurídica: a ocupação de terra, cuja desqualificação é talvez a principal constante da mídia que, ao invés de reconhecer os efeitos renovadores da ocupação para a produção da vida, sempre as trata como se fora uma predadora invasão. (...) A ocupação traz em si um efeito político de fazer da terra e da propriedade objetos estratégicos de uma luta maior pela construção de uma sociedade solidária e igualitária. E, também, o efeito jurídico de infirmar o conceito tradicional, burguês, da propriedade privada e da subjetivação individualizante da nossa estrutura



*Toda favela tem um pouco de senzala!
Todo camburão lembra um navio negreiro!
Toda ocupação tem um quê de quilombo!*

Imagem retirada do site do MTST: <http://www.mtst.info>

jurídico-normativa, pois o movimento cria uma subjetivação coletiva indispensável para alcançar efeitos democráticos no processo histórico brasileiro. Essa construção do MST inevitavelmente vai ser estendida aos movimentos urbanos. Eu nem faço uma distinção de tempo, pois tenho notícia de ocupações urbanas contemporâneas ou até mais antigas que essas construídas pela prática do Movimento dos Sem Teto. Entretanto, atualmente o MST vem se confrontando com a reconceitualização do latifúndio pela agro-exportação.

Cite um exemplo de uma luta bem-sucedida hoje.

Hoje, podemos tomar como demonstração disso o que se fez na Barra da Tijuca, em Jacarepaguá - RJ, com tradicionais comunidades, em função da obra do PAN, em face da valorização de áreas ocupadas por moradores tradicionais (...). O caso do Anil pode servir de referência da importância da organização do povo. Lá

se fez uma ação coordenada pelo **Conselho Popular**, através de uma assembléia na praça, na qual os moradores decidiram lutar pela posse da terra. Foi a partir da organização do povo que se definiu a via jurídica da luta.

Poderia explicar o que é o Conselho Popular e como ele funciona?

Segundo a FAFERJ e a Pastoral de Favelas, o Rio de Janeiro se distribui em oito regiões. Com a organização do Conselho, cada uma dessas regiões realiza assembléias populares (já foram realizadas 6 assembléias), que elegem **representantes**, que vão compor o Conselho. Vale explicar que a expressão representantes significa dizer que **o povo dispensa representantes e o conselho é o próprio movimento em ação**. Além dos Conselheiros, o Conselho popular tem em si três Câmaras ou Assessorias. Assessoria Político-Jurídica, Assessoria Institucional e Assessoria Parlamentar. Cada uma delas formada por companheiros envolvidos com a luta das comunidades que reconhecem neles o legítimo interesse na construção de uma cidadania participativa. Ressalte-se que nos Conselhos as decisões são todas dos conselheiros e os integrantes das três Câmaras só atuam ou por convocação do Conselho ou nas reuniões abertas, sempre sem direito a voto.

É importante alertar a população do Rio para as obras o PAC e eu pediria atenção principalmente para os fatos que já se deram no Complexo do Alemão. São os alvos desta ação, que pode ser predatória, sob o ângulo da segurança pública, as comunidades de Manquinhas e da Rocinha. Se não houver uma grande mobilização popular corre-se o risco, há o exemplo do Complexo do Alemão, de um banho de sangue no Rio de Janeiro.

Está havendo uma onda de criminalização dos movimentos sociais, como você vê esta questão?

A criminalização dos movimentos sociais está no comportamento de todas as instâncias da mídia. Costumo dizer que a criminalização hoje não se dá pela tipificação legal do crime, mas pela persistente atuação da mídia, cuja eficácia é fácil de ser comprovada pela correspondência entre o seu comportamento e as práticas próprias da estrutura do Estado. Tanto no campo federal, como nos campos estadual e municipal.

Ver a entrevista na íntegra em nosso site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Rua homenageia torturador

Juliana de Oliveira Carlos*

O Parlamento espanhol aprovou no dia 13 de dezembro de 2007 a Lei da Memória Histórica, que condena o regime militar do general Franco e determina a indenização das famílias das vítimas 70 anos depois da Guerra Civil. A lei prevê a reabertura das valas comuns onde foram enterrados os condenados pelo regime a partir da Guerra Civil (1936-1939), permite às famílias homenagear as vítimas e também força a retirada de todos os símbolos do franquismo de locais públicos. Até hoje existem praças, ruas e monumentos em homenagem ao regime liderado pelo general. Em Madri, uma avenida ainda tem o nome de Caudillo, em homenagem a Franco, e uma outra tem o nome da divisão de soldados que Franco mandou para ajudar os nazistas. Em Santander há uma estátua equestre de Franco. Mas o mais polêmico dos símbolos do franquismo é o Vale dos Caídos: um mausoléu construído por 50 mil presos políticos, onde está o túmulo do general Francisco Franco. Localizado na serra de Madri, é um dos monumentos com maior número de visitas do país e deverá receber outra utilização.

No Brasil, mais de vinte anos após o fim do regime militar, há ainda inúmeras ruas, avenidas e praças que seguem portando nomes de pessoas ligadas à ditadura e, portanto, direta ou indiretamente, ligadas à repressão e à violência que esse regime impôs ao país. No Rio, a meta é mudar o nome do viaduto “31 de Março”, em Botafogo: a data se refere ao dia do golpe militar de 1964. No interior de São Paulo, há várias lutas pela mudança de nomes de ruas que homenageiam torturadores.

Em 18 de fevereiro desse ano, a Câmara de Ribeirão Preto (SP) aprovou o projeto de seu presidente Leopoldo Paulino (PMDB) que prevê a mudança do nome da Rua Salim Nicolau Mina. De acordo com Leopoldo, Mina (que era delegado de polícia nos anos 1980) foi torturador de presos políticos, durante o regime militar. Ele teria participado do interrogatório e das torturas de militantes locais da ALN (Ação Libertadora Nacional) e da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional). Ex-delegados da cidade contestam a acusação de Paulino. Um



deles, Renato Soares, declarou que vai processar Leopoldo por também ter sido acusado de haver sido torturador durante a ditadura, de ter prendido e torturado madre Maurina (usando, inclusive, de violência sexual) – o que teria sido causa de sua excomunhão. Soares de fato foi excomungado, mas sua excomunhão foi retirada em 1975. No dia 28/02, o Fórum dos Ex-Pressos Políticos do Estado de São Paulo esteve na Câmara de Ribeirão Preto, com outras entidades de direitos humanos como os grupos Tortura Nunca Mais de São Paulo e do Rio de Janeiro, para participar de um ato de desagravo a Paulino, devido às manifestações contrárias a seu projeto de lei.

Em São Carlos (SP) há uma rua com o nome do ex-delegado do Departamento de Ordem Social e Política (Dops) Sérgio F. Paranhos Fleury. Além de notório torturador durante o regime militar brasileiro, Fleury ficou conhecido

por sua destacada atuação na prisão dos estudantes no Congresso de Ibiúna e na emboscada e execução de Carlos Marigella, e também por seus crimes nos “esquadrões da morte” (grupos paramilitares que executavam os chamados perigosos). A Rua Sérgio Fleury recebeu esse nome em maio de 1980. Em 2002, o município aprovou uma lei que proíbe a mudança de nomes de logradouros públicos, exceto nos casos em que houver vontade da maioria (75%) de seus moradores, expressa através de plebiscito ou abaixo assinado.

Além dos protestos dos Grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de São Paulo (ver *Alerta Urgente* no site do GTNM/RJ: www.torturanuncamais-rj.org.br), o Movimento Nacional de Direitos Humanos também expressou seu repúdio à iniciativa de homenagear o homem que “comandou as torturas mais cruéis durante o regime militar”. Casos como o de São Carlos não são tão raros. Um exemplo disso é a existência de ruas com o nome de Filinto Muller (famoso torturador da ditadura getulista) nas cidades de Coxim (MS), Bonito (MS), Cuiabá (MS), Dourados (MS) e Várzea Grande (MT).

* Socióloga formada pela UNICAMP – Universidade de Campinas.

CAMPANHA NACIONAL

Recentemente o vereador Wilson Leite Passos (Democratas, antigo PFL/RJ), no seu 8º mandato, redigiu um projeto de Lei – aprovado em janeiro deste ano – no qual defende que os nomes de ruas e logradouros públicos que tenham sido dados há mais de vinte anos não podem ser modificados.

Esta lei tenta evitar que continuem as lutas pela retirada das homenagens aos participantes da ditadura como a que o GTNM/RJ está lançando. Uma Campanha Nacional com os seguintes pontos:

- que sejam levantados e retirados os nomes de ruas e logradouros públicos que homenageiam representantes da ditadura;
- nos municípios brasileiros nos quais existam leis desta natureza já aprovadas, que sejam revogadas.

Visite nosso site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Argentinos desaparecidos no Brasil

No apagar das luzes de 2007, a justiça italiana pediu a custódia cautelar de 146 membros do aparato repressivo latino-americano envolvidos nos desaparecimentos de cidadãos italianos pelas ações da Operação Condor, nos anos de 1980. Nesse número, lembramos os argentinos desaparecidos no Brasil, alguns deles atingidos diretamente pela Operação Condor. São eles:

Horacio Domingo Campliglia e Mônica Susana Pinus de Binstock

Militantes no Movimento Peronista Montoneros foram seqüestrados no aeroporto Internacional do Galeão, no dia 12/03/1980, quando chegaram ao Rio de Janeiro procedentes da cidade do México.

Horacio Campliglia nasceu em Buenos Aires em 06/06/1949, era estudante de Medicina e casado com Pilar Calveiro, com quem teve duas filhas.

Mônica Binstock nasceu no ano de 1953, na Argentina e foi casada com Edgardo Ignacio Binstock, com quem teve dois filhos.

Como esses desaparecimentos ocorreram em data não abrangida inicialmente pela Lei 9.140/95, os requerimentos de reparação foram indeferidos pela Comissão Especial formada pelo go-

verno federal com base nesta lei. Após intensa campanha dos Grupos Tortura Nunca Mais para que o prazo da referida lei fosse ampliado, os processos foram analisados em separado, tendo sido deferidos. As denúncias de seqüestro, registradas nos requerimentos apresentados à Comissão Especial foram amplamente divulgadas pela imprensa brasileira e argentina.

Lorenzo Ismael Viñas

– Estudante universitário do curso de Ciências Sociais nasceu em 20/06/1955, era casado e tinha uma filha.

Devido às perseguições e à repressão política argentina, Lorenzo e sua família saíram do país. O plano do casal era morar na Itália, onde já viviam os pais de Lorenzo. Este embarcou em Buenos Aires, em um ônibus com destino ao Rio de Janeiro, no dia 26/06/1980. Um mês depois, sua esposa Claudia percorreu o mesmo trajeto, pois os dois haviam combinado se encontrar na capital carioca e juntos viajarem para Itália.

Ao chegar, Claudia, não encontrou o marido e começou, imediatamente, a buscar informações. Descobriu que Lorenzo havia embarcado, mas não conseguiu ir além de Uruguaiana. Na documentação apresentada à Comissão Especial, constam informações sob o seu embarque, com o nome falso de Nestor Manuel Ayala, chegando a cruzar a fronteira do Brasil.

Jorge Oscar Adur

– Religioso e montonero veio ao Brasil, em julho de 1970, para acompanhar a primeira visita que o papa João Paulo II realizou ao país. Não há informações sobre datas e local precisos do seu desaparecimento.

Liliana Inês Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa

Aluízio Palmar, no livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos” se refere à morte de Liliana e Eduardo, ocorrida entre Porto Meira, em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, na margem direita do rio Paraná:

“Foi num sábado, 02 de agosto de 1980, Liliana de 27 anos loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de 30 anos, embarcaram na lancha Caju IV (...). No barco havia dois policiais brasileiros que apontaram suas armas para o casal (...).”

Assim que perceberam que haviam caído em uma cilada, Liliana e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estavam a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram os comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do rio Paraná. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto”.

Saudade

HEITOR PEREIRA

Morreu aos 90 anos, neste mês de fevereiro, o companheiro Heitor Pereira, petroleiro, um bravo lutador pela soberania nacional, defensor das reservas de petróleo e gás.

Seu exemplo de luta e garra deve ser um referencial para nosso combate em defesa do Brasil e da unidade latino americana, dos povos do mundo contra o império e as transnacionais, na defesa da paz e contra a guerra.

Até sempre, Heitor!

ARMANDO GAUCHO

Faleceu em Goiânia, no dia 17 de fevereiro de 2008, Armando Gaúcho. Em 1970, partiu para o Chile onde pediu asilo e, posteriormente, exilou-se na Bélgica.

Era portador do mal de Alzheimer em fase avançada, não se reconhecendo mais, nem aos amigos e parentes. Deixa a viúva Dagmar Pereira e duas filhas. Até sempre, Gaúcho!

LEDA SHEFFER VIEGAS

Faleceu em 4 de outubro de 2007, Leda que, no início da década de 1960, foi casada

com o companheiro Pedro Viegas, preso e exilado.

De grande solidariedade, Leda entregou-se à ajudar perseguidos políticos pelo regime instalado em 1964. Teve sua casa invadida por “um bando fardado”, esteve presa por duas vezes e foi torturada.

Escreve seu ex-companheiro sobre ela: “Nada disto impediu que ela seguisse sua estrada solidária, ora escondendo pessoas, ora atendendo a necessidades de familiares, (...) muitas vezes cruzando fronteiras acompanhando perseguidos em busca de auxílio”.

Até sempre, Leda!

DEPUTADO CHICO PINTO

Morreu em Salvador, em 19 de fevereiro último, o advogado, jornalista, ex-prefeito de Feira de Santana (eleito em 1963 e deposto e preso com o golpe de 64) e ex-deputado federal Chico Pinto, que atuou na Câmara entre 1971 e 1991.

Foi um dos fundadores do chamado “grupo autêntico” do MDB, o mais combativo nú-

cleo parlamentar de oposição ao regime militar na década de 70. Orador contagiante, articulista, fiel aos seus ideais, Chico Pinto fez história na luta pela democracia antes, durante e depois da ditadura militar brasileira.

Em 14 de março de 1974, Pinto discursou na Câmara contra a presença do ditador Pinochet – símbolo da tirania no continente – na posse do ditador Geisel. O discurso inflamado do deputado Chico Pinto (MDB-BA), denunciando as atrocidades cometidas pelo ditador chileno, rendeu-lhe a perda do mandato e mais uma prisão, mas manteve a coerência das suas ações políticas.

Até sempre, Chico Pinto!



DYRCE DRACH, uma advogada solidária

Nascida no Rio de Janeiro em 1930, de origem judaica, Dyrce cedo se interessa pelas idéias socialistas. Formou-se em 1954 pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, atual UERJ, passando a secretariar Jorge Amado por indicação do Movimento da Paz. Vai trabalhar no Ministério de Educação (MEC) em Brasília, em 1960.

Quando – em 1969 – o número de amigos presos pelas forças da repressão se torna muito grande, ela retoma sua carreira de advogada, torna-se uma requisitada defensora.

A partir de 1975 integra o grupo fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e passa a atuar em questões agrárias, fundiárias e de direitos humanos.

Em 1992 assume a Coordenação do Centro de Defesa Dom Luciano Mendes (CDDL) que presta assistência jurídica a crianças e adolescentes em “risco social”. É membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ.

GRUPO SÓCIO-CULTURAL RAIZES EM MOVIMENTO

Um Movimento surgido na própria comunidade do Complexo do Alemão (zona da Leopoldina do Rio de Janeiro), em 2001, tem tido como uma de suas principais preocupações trabalhar junto com as múltiplas e diferentes comunidades que fazem parte dessa região. Aproveita para isso a riqueza humana, social e cultural presente nessas comunidades, fortalecendo a participação dos atores locais como protagonistas que são desses processos.

O forte dos trabalhos coletivos tem sido o grafite e a fotografia.

PADRE JOÃO DANIEL DE CASTRO

Padre João Daniel de Castro, nascido na primeira metade dos anos de 1940, era um mestiço alto, forte e muito risonho. Tinha uma doçura muito peculiar. Todos da paróquia Nossa Senhora Medianeira, em Oswaldo Cruz, queriam conversar com ele após a missa. Admiração e carinho envolviam aquelas manhãs de domingo.

Em 1970, os militares receberam uma denúncia anônima de que ali naquela Paróquia havia um “antro de comunistas”. Entraram em sua Paróquia quebraram tudo e prenderam todos. A sua mãe, Dona Marlene, era secretária da Câmara dos Deputados, e conseguiu a sua liberdade. Quando ele estava saindo da prisão perguntou ao carcereiro: – onde estão os outros fiéis que foram presos comigo. O carcereiro respondeu que eles não sairiam, que somente ele tinha conseguido a liberdade. Então, ele disse para o carcereiro: – por favor, me leve para a minha cela, eu não vou sair sozinho. Só saio daqui com a minha Paróquia. Com ele foram presos, dentre outros, Fátima Setúbal e seus dois irmãos, Januário e Antônio Marcos Pinto de Oliveira, estes úl-

timos mortos pela ditadura poucos anos depois.

Este e outros fatos marcaram a vida do Padre João Daniel e nos fazem compreender o medo que os homens da ditadura tinham dele.

JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD

No dia 31 de janeiro de 1931, em Niterói, nasceu João Luiz Duboc Pinaud. Se algum dia for escrita a história dos direitos humanos no Brasil, certamente um capítulo será dedicado à ele.

Inimigo declarado do Golpe de 1964, foi cassado da cadeira de direito “prostitucional” – como costumava ensinar aos seus estudantes em auditórios lotados – que ocupava na Universidade Federal Fluminense. Foi impedido de lecionar até a Anistia, em 1979. Em 1968, foi também cassado do cargo de juiz de direito do Estado do Rio de Janeiro, que exercia desde 1962.

Com a luta pela chamada democratização, participou ativamente dos debates da Constituinte de 1989. Vale destacar ainda sua presença à frente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos-RJ e da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.

Em 2005, foi convidado como representante de Direitos Humanos da América do Sul, para participar da Missão de Solidariedade ao Povo do Haiti. É um crítico forte à missão brasileira.

HELONEIDA STUDART

Heloneida Studart dedicou-se de corpo e alma à defesa das causas mais generosas e à defesa incondicional dos trabalhadores, das mulheres e dos excluídos. Jornalista, escritora, ensaísta, teatróloga, líder feminista e deputada estadual por seis mandatos, sempre honrando o voto popular através de sua atuação incansável e de um longo acervo de leis da maior importância.

Heloneida foi uma das indicadas, em 2005, ao Prêmio Nobel da Paz.

Em 1973, ao lado de outras lideranças fundou o Centro da Mulher Brasileira, entidade pioneira na luta feminista em nosso país.

Heloneida Studart faleceu no dia 3 de dezembro de 2007. Sua perda deixa uma enorme saudade e também um riquíssimo exemplo de conduta ética e de militância a ser seguido por todos nós.

DELEY DE ACARI

Vanderley da Cunha, nasceu no interior do Estado do Rio, em 1954. Veio para a capital com 6 anos de idade, indo morar com sua avó, em uma pequena favela chamada Vila Norma, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Desde a década de 70, participa de diversos grupos de teatro, da ala de compositores de escolas de samba, do movimento de mulheres e do movimento negro. Em 1977, uma peça de teatro que ele dirigia foi proibida pela censura. Depois de responder a um “interrogatório” na Censura da Praça Mauá foi levado a outro interrogatório no quartel

20ª Medalha CHICO MENDES de Resistência

Pela vigésima vez, neste 1º de abril de 2008, o GTNM/RJ com o apoio de várias entidades recebe a Medalha Chico Mendes de Resistência que vem sempre com um nome em destaque nas lutas de resistência.

de Barão de Mesquita, o famigerado DOI-CODI, onde ficou preso e foi torturado durante dois dias.

Há vinte anos participa da militância política contra a violência do Estado e contra a violação dos direitos humanos.

JOÃO MASSENA MELO

Pernambucano de Palmares, filho de pai carpinteiro e de mãe costureira, nasceu em 16 de agosto de 1919. Começou a se interessar por política, ainda na adolescência.

Iniciou sua militância entre os anos de 1932 e 1933, no Rio de Janeiro, quando trabalhava na fábrica de tecidos Nova América. Durante o Estado Novo esteve preso em Fernando de Noronha. Elegeu-se vereador pelo Partido Comunista em 1947. Teve por duas vezes seu mandato cassado: uma em 1948 e outra em 1964 pelo Ato Institucional número 1.

Em 1970, foi preso e barbaramente torturado, enviado para a Ilha das Flores, depois para a Ilha das Cobras, no Rio.

Liberado em fevereiro de 1973, permaneceu com a família até viajar para São Paulo onde foi preso no dia 3 de abril de 1974, estando desaparecido desde então.

Movimento Nacional de Luta Antimanicomial

No final dos anos de 1970, nasce o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental denunciando a violência existente nos hospitais psiquiátricos, violência esta não apenas contra as pessoas em sofrimento psíquico, vítimas das formas mais brutais de desrespeito aos direitos humanos, mas também contra vários brasileiros que lutaram contra o regime militar. Muitas denúncias referiam-se a presos políticos que eram internados em hospícios.

No final dos anos de 1980, o movimento se consolidou como uma das mais importantes e

Medalha MENDES Homenagem 2008

2008, estaremos realizando o evento anual dos direitos humanos do Rio de Janeiro: a homenagem homenageando pessoas e entidades que ontem e hoje. Este ano os agraciados são:

amplas resistências sociais do país.

O dia 18 de maio ficou conhecido como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Tal comemoração têm como objetivo despertar a sociedade para a questão da violência manicomial, da luta pela superação do estigma, do preconceito, da segregação e da exclusão.

Brad Will (1970-2006) e CMI – Centro de Mídia Independente

Bradley Roland Will era anarquista, vídeo documentarista, correspondente do Centro de Mídia Independente (CMI) de Nova York. Esteve envolvido em várias grandes manifestações do chamado “movimento de ação global” de cunho anticapitalista: Seattle, Quebec, Praga e América Latina.

No Brasil, ao lado do Centro de Mídia Independente brasileiro, registrou a luta dos sem-teto em Goiânia. Brad estava lá e registrou a violenta ação da polícia. Com a câmera na mão trazia a voz dessa gente invisibilizada pelos grandes meios de comunicação.

No dia 27 de outubro de 2006 em Oaxaca, no México, foi covardemente assassinado por paramilitares a serviço de Ulises Ruiz, um governador corrupto que a população rejeitava.

Libero Giancarlo Castiglia

Italiano da cidade de San Lúcido, na Calábria, Líbero chegou ao Brasil com a mãe Elena Castiglia, e os três irmãos, em 1955. Tinha apenas 11 anos de idade. O pai, o pedreiro, Luigi Castiglia, já havia desembargado no Rio de Janeiro em 1949.

O jovem italiano tornou-se membro do Partido Comunista do Brasil seguindo os passos de seus pais: comunistas e socialistas.

No Natal de 1967, chegou ao Araguaia, estabelecendo residência na área da Faveira. Segundo relato de seus companheiros, era solidário,

estava sempre disposto a ajudar e a cumprir as tarefas mais difíceis. Está desaparecido desde o ataque às forças guerrilheiras, no Natal de 1973.

O governo da Itália tem feito gestões formais ao governo brasileiro, manifestando interesse na localização dos restos mortais de Castiglia, ainda desconhecida.

Ex-integrantes da Comissão de Ddhh da Oab/Rj Período Janeiro a Julho/2007

A Comissão de Direitos Humanos e Acesso à Justiça da OAB/RJ, do período de janeiro a julho de 2007, cujo presidente era o advogado João Tancredo, desempenhou um papel importante na luta pela defesa dos direitos humanos em nosso estado, intervindo diretamente na luta contra diversos tipos de violações aos direitos humanos. Participou da visita ao Complexo do Alemão, no dia 28/06/07, no dia seguinte à ação policial que resultou na morte de 19 pessoas.

Em julho de 2007, o presidente desta Comissão, advogado João Tancredo, foi destituído do cargo pela presidência da OAB fato que gerou a demissão voluntária de 41 membros desta Comissão de Direitos Humanos da OAB, no período de janeiro e julho de 2007.

Os 41 voluntários dessa comissão que se demitiram são: Aderson Carvalho Bussinger, Adriano de Lima, Alessandra Page, Ana Carolina Quintão Utzeri, Ana Mary da Costa Lino Carneiro, Ana Maria Muller, André Luiz Conrado Mendes, Andréa Prates, Antônio Cláudio Cunha, Carlos Alberto Feliciano, César Augusto Dória dos Reis, Clarisse Toscano de Araújo Gurgel, Cristina Leite Cardoso, Ednéia de Oliveira Matos Tancredo, Felipe Brito, Fernanda Maria da Costa Vieira, Fernando Barjora Moura, Ignacio Cano, Jadir Anunciação de Brito, João Luiz Duboc Pinaud, Joyce Enzler, Jussara Freire, Leonardo do Egito Coelho, Luciana Silva Garcia, Marcelo Braga Edmundo, Márcia Adriana Oliveira Fernandes, Marcos Antonio Silva, Maria Meira Canedo, Millena Fontoura, Moisés Muniz de Araújo, Pedro Strozemberg, Ricardo Soares, Roberta Duboc Pedrinha, Scheila Guimarães Frederico de Souza, Taiguara Líbano Soares e Souza, Thais Duarte, Thiago de Souza Melo, Thiago Bottino do Amaral, Vany Leston Pessione, Wilson Dufles de Almeida

KENO (Valmir Mota de Oliveira)

Valmir Mota de Oliveira, o Keno, tinha 34 anos e deixou a todos o exemplo da sua militância incansável, como membro da Via Campesina e do MST. Do Paraná para o Brasil, Keno organizou brigadas e acampamentos pelos estados onde passou: Sergipe, Maranhão e Bahia.

Por acreditar na Reforma Agrária, na defesa do meio ambiente, na resistência da agricultura camponesa e na construção de uma sociedade mais justa, sem exploradores e explorados, já havia sido ameaçado de morte várias vezes por

milícias a serviço da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, o Movimento dos Produtores Rurais e a Syngenta. No dia 21 de outubro de 2007 as ameaças se cumpriram e Valmir foi executado por pistoleiros no acampamento Terra Livre, na área de experimentos ilegais da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, Paraná.

Graciela Daleo

Militante peronista, em outubro de 1977, Graciela Daleo foi seqüestrada por repressores da Escola de Mecânica da Armada, ESMA, o maior campo de concentração da Argentina, onde esteve até 1979. É uma, dentre os cerca de 150 sobreviventes da ESMA. Exilou-se na Venezuela e na Espanha. Retornou à Argentina em maio de 1984 e, desde então, participa ativamente da luta contra a impunidade, identificando os responsáveis pelas atrocidades cometidas.

Como represália a estas denúncias Graciela foi processada e presa em 1988. Em 1989, foi-lhe imposto um indulto com que o então presidente Menem pretendia tornar impunes os ditadores. Rechaçou o indulto, o que fez com que reabrissem as perseguições. Por isto, exilou-se no Uruguai e voltando à Argentina em 1995, incorporou-se à Associação de Ex-Detenidos Desaparecidos. É socióloga e coordenadora da Cátedra Livre de Direitos Humanos da Universidade de Buenos Aires.

Vera Sílvia de Araújo Magalhães e Militantes de 68

A economista Vera Sílvia nasceu em 1948. Ainda secundarista, iniciou sua militância política. Ingressou na Faculdade de Economia da UFRJ em 1967. Em março de 1970, foi presa com um tiro de raspão na cabeça. Muito torturada, as marcas do horror sofrido a perseguiram durante os anos que se seguiram: *‘Herdei da tortura um estado de dor. Eu vivo com dor. Não parei de ser torturada. Há noites em que não durmo’* – dizia.

Em julho de 1970 Vera Sílvia foi banida do país, na troca pelo embaixador alemão seqüestrado no Brasil.

Retornou com a anistia parcial, em 1979. Manteve-se viva, chamando a atenção para as atrocidades cometidas ontem e hoje em nome do Estado brasileiro e jamais nominadas e/ou responsabilizadas.

Morreu em 4 de dezembro de 2007. Certa vez, em depoimento emocionado sobre porque continuaram as lutas na época, disse: *“Eram meus amigos, era minha vida – e minha morte. Essa contradição eu tinha de viver.”*

Seus companheiros da geração de 68 e seus muitos e muitos amigos assim registraram em jornal: *‘À eterna rebelde Vera Sílvia, em homenagem àquela que nunca se submeteu a injustiças e caretes...’*

Continuam as ameaças

O Batalhão de Operações Especiais (Bope) está novamente em evidência. Depois da premiação do filme "Tropa de elite" com o Urso de Ouro, em Berlim "o grupo de elite da Polícia Militar fluminense" volta às rodas de discussão por conta do polêmico projeto de lei do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP-RJ), que pretende tombar o uniforme preto e o símbolo da corporação – a caveira atravessada por pistolas – como patrimônio cultural do estado. Bolsonaro (é filho do ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro) justifica o seu pedido para preservar a memória do Batalhão.

Major Curió

Em matéria publicada na revista "Isto É" (27/0208), Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido com Curió, declarou: "Eu não tenho o direito de levar para a sepultura os dados que tenho e que eu sei". Segundo ele – que sempre se negou a esclarecer o que ocorreu aos guerrilheiros do Araguaia – a história dos desaparecimentos dos opositores do regime militar deve ser relatada.

O militar que participou das operações militares contra a Guerrilha do Araguaia, depois de mais de 35 anos, tenta tumultuar as investigações que se fazem acerca da localização e circunstâncias das mortes dos guerrilheiros.

Enquanto os governos de vários países latino-americanos responsabilizam militares envolvidos em torturas, infelizmente, no Brasil membros do aparelho repressivo do regime militar, vêm a público confundir as incipientes investigações realizadas por setores do governo, por familiares e grupos de direitos humanos.

Trabalho Escravo

Mais de sessenta cicatrizes recentes de ferro quente marcam o trabalhador de cerca de 30 anos que denunciou trabalho escravo em uma fazenda de Paragominas, no Leste do Pará, à Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE) do Pará. O relato é de **Iberê Theório** no sítio da Agência Repórter Brasil, 18-02-2008.

A SRTE esteve na fazenda denunciada, e comprovou parte das informações passadas pelo trabalhador. Foram encontradas 35 pessoas em situação análoga à escravidão.

A propriedade, que fica a 75km de Paragominas, chama-se Bonsucesso e pertence a **Gilberto Andrade**. O fazendeiro já está na *Lista Suja* do trabalho escravo.

Criação do Departamento de Contra Terrorismo

Juristas e entidades de direitos humanos vêm com enorme preocupação a notícia veiculada por alguns meios de comunicação de massa que o governo brasileiro, ao assumir a luta contra o chamado terrorismo internacional, pretende reestruturar a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), criando, entre outros órgãos, o **Departamento de Contra-Terrorismo (DCT)**. A nova estrutura, segundo as notícias (JB de 27/10/2008), irá elaborar política de prevenção e **articular o intercâmbio de informações com as principais agências internacionais que atuam no combate ao terrorismo**.

Este projeto, ao propor a unificação dos serviços de informação brasileiros, nos faz lembrar dos tenebrosos DOI-CODs que funcionaram em nosso país durante o período de Terrorismo de Estado. Da mesma forma, nos lembramos da Operação Condor, pelo intercâmbio e colaboração que estão previstos com as agências de informação internacionais.

Ver *Alerta Urgente* sobre a questão no site do GTNM/RJ: www.torturanuncamais-rj.org.br

Temor pela segurança da comunidade Guarani kaiowá

A comunidade Guarani Kaiowá de Nanderu Marangatu, no município de Antonio João, no estado de Mato Grosso do Sul, com cerca 700 membros, está sob perigo iminente. Cerca de 30 seguranças que trabalham para fazendeiros locais têm ameaçado repetidamente a comunidade, atirando para o ar. Os guardas de segurança também são acusados de estuprar três mulheres indígenas somente este ano. O clima de constante medo e intimidação impede que a comunidade possa levar uma vida normal.

Os Movimentos de Direitos Humanos solicitam que sejam enviados apelos para as autoridades brasileiras, expressando preocupação

pela segurança da comunidade guarani kaiowá de Nanderu Marangatu, que se encontra sob ameaça de violência. É importantíssimo que as autoridades adotem medidas urgentes para proteger esta comunidade.



Washington defende o uso da tortura

O secretário de Justiça dos Estados Unidos, Michael Mukasey, negou-se ontem a iniciar uma investigação penal dentro da Agência Central de Inteligência (CIA) pelo uso de "submarino" ou simulação de afogamento nos interrogatórios de suspeitos de terrorismo.

Mukasy tampouco investigará qualquer outro tipo de tortura – pelas chamadas "técnicas de interrogação intensificadas" – nem deixará que o Congresso tenha acesso a um memorando preparado pelo Escritório de Conselho Legal do Departamento de Justiça no qual se conclui que estas práticas eram legais.

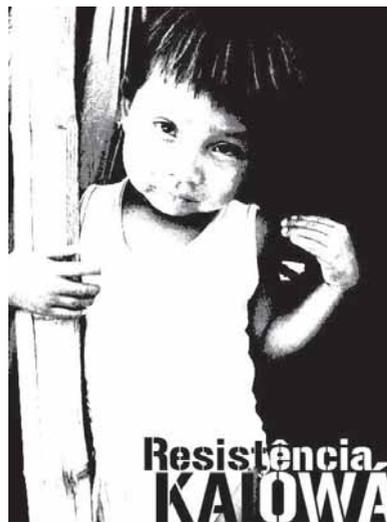
(William Fisher, da IPS)

O Satânico Sr. Bush

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, vetou a legislação aprovada pelo Congresso que proibiria a CIA de simular afogamento e outras técnicas controversas de interrogatório.

Os legisladores incluíram a medida antitortura em uma lei mais ampla sobre o que seria permitido nas atividades da inteligência americana.

"Como o perigo continua, nós temos que assegurar aos nossos funcionários da inteligência todas as ferramentas que eles precisem para conter os terroristas", disse Bush.



Direitos Humanos em Debate

Foi criado, no ano passado, um novo espaço de debate em nossa sede, sempre aberta ao público e que pretendemos continue mensalmente.

O tema do debate do dia 19 de fevereiro foi a **ESMA – Escola Superior de Mecânica da Armada**, utilizada como o maior dentre os 500 campos de concentração clandestinos de detenção da última ditadura argentina (1976-83). Atualmente, no local onde desapareceram cerca de 5.000 militantes políticos, foi criado o **‘Espaço para a Memória e para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos’**, que está aberto à visita. O que foi a ESMA? Como funcionava? Como está hoje? Estas e outras questões foram discutidas.

O debate ocorreu mediante as fotos e os relatos de Luciana Knijnik e Vera Vital Brasil, que recentemente estiveram na Argentina.

Araguaia: restos de desaparecidos estariam em 11 locais

Um grupo de ex-soldados que há quatro anos investiga o paradeiro dos militantes do PC do B desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia listou, ao *Jornal do Brasil*, 11 pontos onde estariam localizados cemitérios clandestinos com restos mortais dos 58 militantes desaparecidos na região. Os locais foram apontados por guias que serviram ao Exército durante o período do conflito no Bico do Papagaio, entre 1972 e 1975, e que ainda moram na região.

Os próprios soldados são testemunhas de que muitos guerrilheiros que hoje figuram na lista dos desaparecidos foram levados ainda vivos para as bases do Exército.

OAB pede inquérito policial-militar para o Caso do Araguaia

O presidente da OAB - Federal, Cezar Brito, encaminhou, em 12 de março último, representação ao presidente do Superior Tribunal Militar, para que seja instaurado inquérito policial militar com o objetivo de investigar e julgar a responsabilidade de militares supostamente envolvidos na destruição e extravio de documentos oficiais referentes à Guerrilha

do Araguaia.

A base da representação é o artigo 321 do Código Penal Militar, segundo o qual é crime “extraviar livro oficial, ou qualquer outro documento (...)”.

O episódio da destruição de documentos referentes à guerrilha não está coberto pela Lei de Anistia, de 1979, segundo o presidente da OAB. A decisão de recorrer ao STM foi tomada pelo Conselho Federal da OAB em fevereiro passado, por unanimidade, por proposta do jurista Fábio Konder Comparato, que defendeu “o direito da cidadania brasileira ao conhecimento de sua história, da qual a Guerrilha do Araguaia é considerada um capítulo significativo”.



Human Rights pede Abertura dos Arquivos da Ditadura

A organização não-governamental Human Rights Watch criticou a impunidade como um dos principais problemas brasileiros. **“As violações de direitos humanos no Brasil são raramente levadas a julgamento”**, informou o relatório anual da entidade, publicado em 31 de janeiro último. Mais de 20 anos após o fim da ditadura militar (1964-1985), a ONG afirmou que **o Brasil nunca puniu os responsáveis pelos crimes cometidos durante o regime**.

A Human Rights Watch lembra que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, após 11 anos de investigação, não foi capaz de esclarecer os crimes cometidos na época e tampouco indicou o paradeiro da maioria dos desaparecidos políticos. **“As forças armadas brasileiras nunca abrem arquivos-chave sobre os anos do regime militar”**, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha determinado a abertura dos arquivos confidenciais referentes à guerrilha do Araguaia, afirma o Relatório.



Liberdade para os cinco cubanos

Em setembro de 1998, Antonio Guerrero, Fernando González, Gerardo Hernández, Ramón Labañino e René González foram presos em Miami. Eles haviam se infiltrado nas organizações da máfia cubano-americana para conhecer os planos terroristas contra Cuba.

Após um julgamento arbitrário realizado por magistrados ligados aos mafiosos e ameaça aos jurados, foram condenados por atentado à segurança nacional dos EUA. Gerardo foi condenado a duas prisões perpétuas e mais 15 anos; Ramón, à prisão perpétua e mais 19 anos; René, a 15 anos; Antonio, à prisão perpétua mais 10 anos e Fernando a 19 anos.

Em vários países difunde-se uma campanha pela libertação dos cinco presos políticos do império ianque.

Acesse a página do comitê de São Francisco: www.freethethefive.org e receba boletins sobre o caso.

THE INTERNATIONAL MOVEMENT TO FREE THE 5 CUBAN HEROES HELD IN US JAILS:

LIBERTAD YA!

REPORT BACK FROM

THE 1ST INTERNATIONAL

Youth Summit

on the Cuban 5

IN HAVANA, CUBA

Tuesday May 22nd

Britannia Community Centre

1661 NAPIER (@COMMERCIAL DR.)

6:30PM

VANCOUVER COMMUNITIES IN SOLIDARITY WITH CUBA (VCSC)

778-882-5223 | CUBACOMMUNITIES@YAHOO.CA

www.vancuba&solidarity.com

Estação Paraíso

‘As idéias teimam em não envelhecer. A utopia se renova nos poemas que expressam uma experiência de vida singular, numa perspectiva dos que sabem da necessidade de resgatar a memória histórica e fazer a crítica ao passado e presente, condições essenciais para evitar a repetição da tragédia e construir o futuro’, escreveu o Professor Antonio Ozaí da Silva para a Revista Espaço Acadêmico (n. 81, fev 2008), na resenha do recém lançado livro *Estação Paraíso*.

O personagem central do livro é **Lola**, companheira de luta pela construção de uma sociedade igualitária, justa e livre, e que foi brutalmente assassinada há 35 anos atrás pela ditadura militar. A dedicatória a ela e seu papel literário se estende às outras militantes. Antonio Ozaí continua: ‘Os poemas do Alípio expressam uma época em que a morte rondava os que, como Lola (Aurora Maria Nascimento Furtado), anunciavam um novo tempo. Mas ele nos fala do nosso tempo, do presente’.

O poeta se mantém fiel às idéias pelas quais lutou. É um modo de honrar a memória de Lola e de tantos outros que pereceram nos porões da ditadura militar.

Alípio Freire. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 128p, R\$ 10,00.

(www.expressaopopular.com.br)

Lançamento do documentário: ‘Brad Will – uma noite mais nas barricadas’



O diretor do filme Miguel Bastos nos conta a história do amigo Brad Will, jornalista americano assassinado na rebelião popular de Oaxaca, México, em 2006.

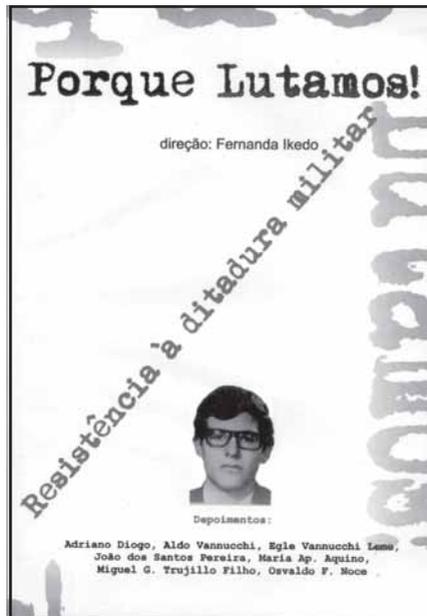
‘Quando os paramilitares dão um tiro de fuzil no peito de Brad, a câmera cai, mas continua gravando. Essa câmera passa de mão em mão, contando a história de Brad. E um pouco desse “movimento de movimentos” de cunho anti-capitalista conhecido como ação global. Das ocupações urbanas em Nova York a um piquete ecologista no Oregon, à batalha de Seattle, Praga, Quebec, Gênova, Quito, Oaxaca...’

Por trás da câmera estão os amigos de Brad que, como ele, se dedicam a mostrar o que não aparece na TV.’

Ver mais em www.midiaindependente.org (à venda em DVD).

Cultura pelas beiradas

Lançamento do documentário “Porque Lutamos! Resistência à Ditadura Militar”



O documentário “Porque Lutamos! Resistência à Ditadura Militar”, da jornalista Fernanda Ikedo, tráz, por meio de sete depoimentos, a história do estudante sorocabano Alexandre Vannuchi Leme que desafiou o autoritarismo da ditadura e pagou caro por isso: foi preso em 16 de março de 1973, torturado e amanheceu morto numa das celas do temido DOI-CODI/SP.

O documentário tem 55 minutos e foi produzido com o apoio institucional da Prefeitura de Sorocaba.

Fernanda Ikedo publicou em 2003 o livro-reportagem “Ditadura e repressão em Sorocaba: histórias de quem resistiu e sobreviveu”.

Contatos com Fernanda pelo e-mail: fernanda.ikedo@gmail.com

Lançamento do livro “CACO: 90 Anos de História”

No dia 13 de março último o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - CACO e a Coordenadoria de Comunicação da UFRJ lançaram o livro “CACO: 90 Anos de História”, que reuniu entrevistas com alguns dos maiores personagens de sua história que contribuíram para a construção dos quase 92 anos de vida da entidade.

O livro surgiu e se desenvolveu a partir da iniciativa de diretorias recentes do C.A. que, nos últimos anos, se dedicaram a resgatar relatos e experiências que marcaram a trajetória de lutas e conquistas do CACO. As entrevistas narram momentos históricos, grandes mobilizações e campanhas e a vida do alumnado da Faculdade Nacional de Direito ao longo de tantas gerações.

Esse esforço resultou em uma publicação de 340 páginas, condizente com a grande história desse glorioso Centro Acadêmico e do movimento estudantil brasileiro.

LIVRO:

Violência contra Movimentos Sociais no Brasil

Recentemente, a **jornalista Natália Viana** lançou o livro-denúncia “**Plantados no chão - Assassinos políticos no Brasil hoje**” (Editora Conrad, 2007).

O livro reporta a seis diferentes casos, tanto no espaço rural quanto no urbano, de assassinatos de militantes e pessoas ligadas a alguma luta social atual. O livro coloca em pauta a violência da qual os diversos movimentos sociais são alvos rotineiramente.

A inexistência de uma **definição de assassinato político** dificultou a tarefa da autora que, assim, necessitou criá-la. Definiu como sendo **a violência praticada contra aqueles que – inseridos em organizações sociais – lutam por direitos coletivos**, como o passe livre, a reforma agrária, direitos trabalhistas, demarcação de território indígena etc.

A motivação de tal publicação foi devido à **invisibilidade midiática desses casos, que continuam a se repetir e cujos responsáveis permanecem impunes**.

Essa iniciativa também visa agregar novas denúncias de casos através de um blog, que será em breve lançado.

Pode-se encontrar o livro na íntegra para cópia em www.conradeditora.com.br/plantados-nochao.html.



Em nome do “Combate ao Terrorismo”, a violência se dissemina pela América Latina

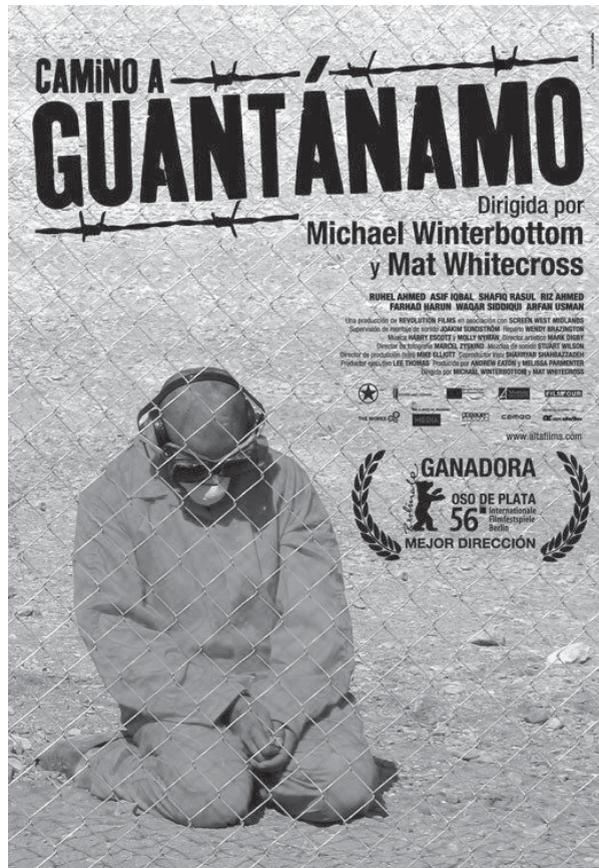
EUA

Guantánamo, até quando?

É pouco dizer que a prisão de Guantánamo é um verdadeiro atentado, uma violação aos Direitos Humanos. Manifestações de todo o mundo para o seu fechamento, dentre elas da Red Latinoamericana de Salud y Derechos Humanos, fizeram que o governo americano, frente à proximidade de suas eleições presidenciais, abrisse suas portas para jornalistas internacionais, tentando suavizar as denúncias que sobre ela pesavam: torturas sistemáticas, tratamentos cruéis e desumanos, prisões sem denúncias formais, violações em nome da guerra contra o terrorismo. Informações recentes apontam a permanência de 275 detentos, sendo que, em seis anos, mais de 750 pessoas estiveram presas. Treze delas foram acusadas formalmente de algum crime e os demais nem sequer possuem acusação.

O advogado londrino, Stafford, diretor da ONG Reprieve, que representa 33 presos desta prisão, recentemente fez declarações de que lá se mantém os presos em “piores condições que o corredor da morte e está cheio de gente inocente”. São pessoas entregues aos americanos no Afeganistão e Paquistão em troca de recompensa. Denuncia ainda, que os EUA cometem crime ao comprar presos, e que países da Comunidade Européia, como Portugal e Espanha, têm sido coniventes com estas violações ao permitirem a utilização de seu espaço aéreo e bases para o transporte ilegal de presos para Guantánamo. Clama providências urgentes à Comunidade Européia.

É bom lembrar que o Parlamento Europeu contou o total de 1.245 vôos da CIA em seu espaço aéreo, e que em 2006 o Conselho da Europa acusou a Polônia e a Romênia de abrigar cárceres secretos para suspeitos, o que foi admitido logo em seguida por Bush.



COLÔMBIA

Um ataque à soberania equatoriana.

A decisão do presidente Uribe da Colômbia de entrar em território do Equador e assassinar membros da FARC, indica claramente a intenção deste governo da manutenção e irradiação da lógica da guerra, inspirada e apoiada pelo governo norte americano através do Plano Colômbia, e interrompe as negociações em curso para a libertação dos reféns.

Esta ação nos faz lembrar o Plano Condor em que as ditaduras do Cone Sul realizaram impunemente seqüestros, roubos e assassinatos, atravessando fronteiras entre países vizinhos. No passado recente sob a forma de guerra contra o comunismo e no presente, sob a forma de guerra preventiva, a influência da política norte americana marca as de seu “quintal”, semeando a violência e a guerra.

A Colômbia vive há mais de 50 anos em clima de violência. Experimentou inúmeros projetos frustrados de pacificação que terminaram em massacres, se realimenta das políticas de repressão e violência que se abatem sobre os lutadores sociais e sobre os milhões de “deslocados”, todos afetados diretos pela política belicista.

APT pede que países da América Latina acelerem a criação dos Mecanismos de Prevenção à Tortura

A Associação para a Prevenção da Tortura, APT, em uma audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pediu que esta Comissão se encarregasse de impulsionar o processo de criação do mecanismo nacional de prevenção. Dentre os nove países que ratificaram o Protocolo Facultativo da Convenção Contra a Tortura, apenas dois – México e Costa Rica – designaram seus mecanismos de prevenção. O governo brasileiro, apesar de ter ratificado o Protocolo Facultativo, ainda não designou a entidade nacional independente de vigilância que, junto com um comitê internacional, formado por “experts” em várias disciplinas, fará visitas aos centros de detenção para coibir os abusos, torturas e violações e fazer recomendações às autoridades.

URUGUAI

Militar da repressão uruguaia processa jornalista

O jornalista uruguaio, Roger Rodriguez, reconhecido como melhor investigador dos casos que envolvem violações dos direitos humanos está sendo processado por difamação e injúria pelo militar aposentado uruguaio Enrique Mangini Usera.

Roger denunciou publicamente o major por ter participado do assassinato de um estudante em 1972. É lamentável que na América Latina grupos e defensores de direitos humanos continuam, ainda hoje, sendo ameaçados.



O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ agradece à Comissão Européia o apoio que tem dado ao Projeto Clínico-Jurídico.

O Juiz, a Polícia e o Malandro

Roberto Schuman*

O Juiz Federal da Sétima Vara Federal Criminal, Dr. Marcello Granado determinou, dia 12/02/2008, o afastamento dos policiais responsáveis por ter dado voz de prisão ao Juiz Federal Roberto Schuman. Na decisão, o Juiz determinou também que fossem recolhidas as armas de fogo pertencentes à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro que porventura estivessem em poder dos acusados. (Processo 2008.51.01.806030-1)

Segunda-feira de carnaval, saio de casa (...) para encontrar a namorada na porta do Circo Voador, na Lapa. Lá chegando, saio do táxi falando ao celular para encontrá-la. (...). Além de tênis, bermuda e camisa, usava um chapéu, desses vendidos em todos os cantos da cidade (...).

Então, atravesso a rua e quase sou atropelado por um camburão com luzes e lanternas apagadas com a inscrição CORE, no carro. No mesmo momento o motorista grita “Ô malandro” e eu, assustado, dou um pulo para a calçada, peço desculpas e viro as costas, continuando ao celular e andando, já na calçada.

Ai, percebo que a viatura andava ao meu lado, com três policiais de preto, ao que escuto, em alto e bom som: “Saia da rua, seu malandro e bêbado”. Nesse momento, pensei: Isto não é jeito de tratar as pessoas na rua e respondi: “Não sou bêbado nem malandro; se vocês não estiverem em operação, está errado andarem com essa viatura preta e apagada, pois quase me atropelaram e vão acabar atropelando alguém!”

Oportunidade em que os homens de preto descem da viatura dizendo: “Ô malandro, tu é abusado, tá preso”. Ato contínuo, diante da voz de prisão, estendo os dois braços para ser algemado. Pergunto ao mais novo dos três, que estava completamente alterado: “Qual o motivo da prisão?” Resposta: “Desacato”. Pergunto novamente: “O que os senhores entendem como desacato?” Resposta: “Até a DP a gente inventa, se a gente te levar pra lá”. Neste exato momento, percebendo a gravidade da situação, disse: “Estou me identificando

como juiz federal e minha identificação funcional está dentro da minha carteira, no bolso da bermuda”. Imediatamente, o policial novinho, que se identificou como André e na DP disse se chamar Cristiano meteu a mão no meu bolso, pegou a minha carteira e a colocou em um dos bolsos de sua farda preta. Então o impenável aconteceu! Disseram: “Juiz



Federal é o c..., tu é malandro e vai para a caçapa do camburão”.

Fui atirado na mala do camburão (...) algemado, porém, com o celular no bolso e os três policiais do CORE da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, dizendo que no máximo eu deveria ser “juiz arbitral ou de futebol”. Temendo pela vida (...), peguei o celular do bolso mes-

mo algemado e liguei para a Assessoria de Segurança da Justiça Federal informando a situação, bem baixinho, e que não sabia se seria levado para DP, pedindo para acionar a PM e localizar a viatura do CORE que estava circulando pela Lapa comigo jogado algemado na mala (...).

O fato é que já na presença do delegado as algemas foram retiradas e, vinte minutos depois, um dos policiais de preto vem ao meu encontro e me pede: “Excelência, desculpas, nós agimos mal, podemos deixar por isso mesmo?” Respon-di: “Primeiro. Não me chame de Excelência, pois até há pouco vocês me chamavam de malandro. Segundo. Não, não pode ficar por isso mesmo. Como é que vocês tratam assim as pessoas na rua, como se fossem bandidos. Terceiro. Vocês três não honram a farda que estão vestindo. Quarto. Desde a abordagem policial agi apenas como cidadão, no que fui desrespeitado e, depois de ter me identificado como juiz federal, fui mais ainda, logo, um crime de abuso de autoridade seguido de outro de desacato”.

Pensei, por fim: “Se como juiz federal fui ameaçado por três homens de fardas pretas com pistolas automáticas, algemado e jogado (...) na mala de um camburão, simplesmente por tê-los repreendido, de forma educada, como convém a qualquer pessoa (...), o que aconteceria a um cidadão desprovido de autoridade e de conhecimento dos seus direitos?” Duas coisas são certas, de minha parte: Não permitirei nada “passar” em branco, pois são fatos sérios e graves que partiram daqueles que têm o dever de zelar pela segurança da sociedade e, no próximo carnaval, não usarei o presente da namorada, o tal “chapéu”. É perigoso. Pode ser coisa de malandro.

* Cidadão e Juiz Federal no Estado do Rio de Janeiro

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ

Rua Gal. Polidoro, 238 sl. - Botafogo
22280-000 RJ/Brasil – Tel/Fax (021) 2538 0428

IMPRESSO